

HABEAS CORPUS Nº 638.424 - SP (2021/0000759-0)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
IMPETRANTE : NATAN DO PRADO ZABOTTO
ADVOGADO : NATAN DO PRADO ZABOTTO - SP393846
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ERNANI BEZERRA DOS REIS SOBRINHO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ERNANI BEZERRA DOS REIS SOBRINHO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO.

Consta dos autos que o paciente cumpre pena privativa de liberdade em regime semiaberto pela prática de crime contra a ordem tributária.

O impetrante sustenta a ocorrência de constrangimento ilegal decorrente da decisão monocrática que indeferiu pedido liminar formulado em *habeas corpus* impetrado perante o Tribunal local, visando a soltura do paciente.

Aduz que o paciente foi transferido, na data de 18/11/2020, para a unidade prisional fora de seu domicílio, razão pela qual ficaria impedido de exercer suas atividades profissionais, bem como tolhido o seu direito de ir e vir, tendo em vista que teria que ficar no estabelecimento prisional durante todo o dia, e que "que mesmo estando na unidade prisional adequada ao seu cumprimento de pena, o paciente ficará submetido às restrições como se cumprisse pena no regime fechado." (fl. 267).

Requer a concessão da ordem, liminarmente, para que seja revogada a conversão das penas restritivas de direito em pena privativa de liberdade, reestabelecendo as medidas anteriormente impostas, bem como aplicar os efeitos da decisão que favoreceu o corréu. No mérito, pleiteia a confirmação da liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido liminar em outro *writ*, salvo no

caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. SÚMULA 691/STF. FLAGRANTE ILEGALIDADE. SUPERAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PRISÃO DOMICILIAR. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÍCIO. 1. Nos termos do Enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, não é cabível habeas corpus contra indeferimento de pedido de liminar em outro writ, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão singular, sob pena de indevida supressão de instância.

[...] (HC n. 486.900/SP, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 26/2/2019.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete sumular.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21-E, IV, c/c o art. 210, ambos do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente